



12

Anais da Assembléia

N° 145

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB — 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP — 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondí Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT — 10: Algaci Túlio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB — 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL — 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT — 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB — 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR — 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC — 01: Jocelito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 107.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1995
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados José Tavares e Nelson Garcia.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Élio Rusch, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romaneli, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (38). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Techy Filho, Ângelo Vanhoni, Beto Richa, Carlos Simões, Eduardo Trevisan, Irineu Colombo, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, José Marcos Alves, Milton Puppio, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab e Sâmis da Silva (16).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 3226

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, com maior brevidade possível do Projeto de Resolução n.^o 16/95, por se encontrar o mesmo com o Regime de Urgência devidamente aprovado.

Sala das Sessões, em 26.10.95

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de resolução em apreço, en-

contra-se tramitando nesta Casa, já tendo pareceres das Comissões, e com Regime de Urgência aprovado, razões pelas quais, requeremos a sua inclusão na Ordem do Dia.

REQUERIMENTO N.^o 3228

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão do Projeto de Resolução n.^o 41/95, na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 26.10.95

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO N.^o 3230

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER após ouvido o Plenário, a diminuição para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 26.10.95

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamto: Sérgio Spada, Nelson Garcia, Augustinho Zucchi, Orlando Pessuti, Geraldo Cartário, Caíto Quintana, Jocelito Canto, Walmor Trentini, Toti Colaço, Antonio Annibelli, Antonio Belinati, Irondi Pugliesi, Edno Guimarães, Albanor Gomes e Edson Silva Lino.

REQUERIMENTO N.^o 3225

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.^o, do Regimento Interno, REQUER após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.10.95

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N.^o 3229

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Lei n.^o 107/95, constante da Ordem do Dia de hoje, por duas sessões.

Sala das Sessões, em 26.10.95

(a) CÉSAR SELEME

REQUERIMENTO N.^o 3218

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Antonio Ribeiro Batista, ocorrido em Ponta Grossa.

O Sr. Antonio deixa, com o seu falecimento não somente seus parentes enlutados, mas sim todos aqueles que de uma maneira ou de outra tiveram a oportunidade de conhecê-lo e reconhecer suas qualidades, que sempre eram voltadas aos mais necessitados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Garcia Redondo, n° 61, Bairro Uvaranas, Vila Ana Rita, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 26.10.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3219

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Tozetto, ocorrido em Ponta Grossa.

O Sr. Francisco, era uma pessoa de muitas amizades, e com seu passamento deixou enlutados não somente seus parentes mas também todos aqueles que um dia tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, sito à Rua Quaresmeta, n° 233, Santa Paula, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 26.10.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3231

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, profundamente consternado, a consigna na ata da presente sessão, de votos de grande pesar, pelo prematuro falecimento do Senhor Estefane Grebe, ocorrido no dia 25.10.95, fato altamente entristecedor, tendo em vista a brilhante figura humana, tendo lutado muito como Prefeito e como cidadão de Guairacá, que nos deixa tão prematuramente, enlutado não só a família como também todo o nosso Estado, sendo o triste fato, matéria em várias redes de rádio e televisão, face à grande projeção na administração do município.

Requer outrossim, o envio de correspondência à família enlutada, com inteiro teor do presente.

Sala das Sessões, em 26.10.95.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 3214

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de congratulações e muito aplauso ao casal Lizete Maria e José Jair Nicheli, que completou 25 anos de feliz união conjugal, renovando seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento.

Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 26.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3215

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de congratulações e muito aplauso ao casal Hermínia Becker e Pedro dos Santos, que completou 50 anos de feliz união conjugal, renovando seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração.

Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar.

Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento.

Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 26.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3216

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosa-

mente, REQUER, que seja enviado ao Município de Curiúva, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário.

Sala das Sessões, em 26.10.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 3213

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de proceder reparos na Rua Miguel Graf, proximidades do n° 408 no Guatupê II. O pedido está sendo feito pelos moradores, que reclamam, que a rua encontra-se intransitável

Sala das Sessões, em 26.10.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3217

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, Senhor Cândido Martins de Oliveira, solicitando a possibilidade de uma viatura para o Instituto de Criminalística de Ponta Grossa.

A única viatura da Polícia Técnica de Ponta Grossa está em precárias condições. Além de Ponta Grossa a seccional atende a outros 21 municípios e as perícias locais só estão sendo realizadas quando as delegacias fornecem condução.

A viatura, pelo excesso de uso, não oferece segurança ou condições de tráfego nem mesmo dentro da cidade, em razão das deficiências do carro.

Esperamos poder contar mais uma vez com a valiosa atenção do Senhor Secretário, que a medida do possível muito tem feito por Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 26.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3220

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, Senhor Cândido Martins de Oliveira, solicitando a agilização na entrega das viaturas policiais para os municípios de Imbituva e Cândido de Abreu.

O Senhor Secretário vem, a medida do possível, atendendo as reivindicações de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais, o que sinceramente agradecemos e esperamos poder contar com sua valiosa atenção no assunto acima especificado.

Curitiba, quinta, em 26.10.95

Os Municípios de Imbituva e Cândido de Abreu encontram-se com suas viaturas em estado precário necessitando com urgência das novas viaturas, para melhor atender a população.

Sala das Sessões, em 26.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3221

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação do ensino de 2° Grau, no Distrito de Guamiranga, no Município de Imbituva.

O Distrito de Guamiranga está prestes a se tornar município, é enorme a população estudantil, que precisa se deslocar para outros centros para concluírem os seus estudos.

Sala das Sessões, em 26.10.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3222

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação do ensino de 2° Grau, na localidade de Rio do Couro, Município de Irati.

Trata-se de localidade com grande população estudantil, que necessita viajar todos os dias para concluir seus estudos.

Sala das Sessões, em 26.10.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação do ensino de 2° Grau, no Distrito de Fernandes Pinheiro, no Município de Teixeira Soares.

O Distrito de Fernandes Pinheiro está prestes a se tornar município, é enorme a população estudantil, que precisa se deslocar para outros centros para concluir os seus estudos.

Sala das Sessões, em 26.10.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3227

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a recuperação do trecho da PR-151 e PR-092 que dá acesso do Município de Castro a Santo Antonio da Platina.

Sala das Sessões, em 26.10.95.

(aa) BETO RICHA

RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista tratar-se de trecho que se encontra em péssimas condições de tráfego e devido as fortes chuvas que caíram nos últimos dias deixaram quase sem condições de uso, visto ser a rodovia de grande interesse estratégico para o Estado, pois ali passa grande parte de nossa safra agrícola do Norte Pioneiro e do Estado do Mato Grosso do Sul.

REQUERIMENTO N° 3224

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, Pedido de Informações ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, fazendo os seguintes questionamentos.

a) Quais os motivos que levaram e quais os critérios adotados para a substituição abrupta do Delegado Renato de Souza Lobo, do Instituto de Identificação do Estado, nomeado no início da presente gestão?

b) Idem, com o Delegado Alexandre Luiz Teixeira, substituído abruptamente da Delegacia de Crimes contra a Administração, e o Delegado James Thompson Lerner Junior, Adjunto da Delegacia de Homicídios.

Sala das Sessões, em 26.10.95.

(aa) RICARDO CHAB

CAÍTO QUINTANA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, Senhores Deputados aqui presentes, ocupo a Tribuna na manhã de hoje, nesta Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa para com muita alegria e satisfação dizer da oportunidade que tivemos no dia de ontem de participar de mais um jantar beneficente da nossa Associação Paranaense das Senhoras de Deputados Estaduais.

Como de costume, esse jantar que aconteceu na noite de ontem nas dependências do Restaurante Madalosso, em Santa Felicidade, reuniu centenas, milhares de pes-

soas, algumas delas devo reconhecer lá estiveram pela primeira vez.

Mas a grande maioria, Senhor Presidente, lá esteve repetindo o ato e o gesto de outras tantas oportunidades em que lá também compareceram, para que, com a presença física naquele ambiente pudesse demonstrar com clareza o seu apego, a sua linha de ação, em favor da filantropia e da ação social no Estado do Paraná.

A Associação Paranaense de Senhoras de Deputados Estaduais que tem hoje na Presidência a Senhora Niva Khury, que tem uma Diretoria muito atuante, que tem um corpo de assessores, funcionários também dos mais ativos e dedicados, pode mais uma vez demonstrar a todos nós que com um pouquinho de boa vontade, um pouquinho de desprendimento, pode se fazer alguma coisa em favor dos necessitados, em favor dos mais carentes, não só da nossa capital, mas de todo o Estado do Paraná.

A presença significativa da maioria dos Senhores Deputados Estaduais permitiu que aquela festividade, que aquela reunião se transformasse além de um jantar beneficente, num jantar festivo, onde não raras foram as oportunidades para que cada um se colocasse a serviço daquela Instituição e levasse adiante, evidentemente, com a sua participação, levasse adiante esta idéia e fazermos realmente a filantropia e assistência social, um trabalho também da Assembléia Legislativa, através da Associação Paranaense de Senhoras de Deputados Estaduais.

Quero neste momento registrar ao Presidente Anibal Khury que, representando toda esta Casa, pode contribuir para que aquele evento acontecesse da forma como aconteceu. Manifestar à Dona Niva Khury e a todas as demais senhoras de Deputados Estaduais que lá compareceram ou que mesmo não podendo comparecer, mesmo não podendo comparecer pelos motivos os mais diferentes, também deram na fase de organização a sua contribuição para que este jantar fosse maravilhoso.

Portanto, Presidente Anibal Khury, receba de nossa parte e tenho certeza de todos os Deputados desta casa, votos de congratulações pelo apoio que deu pessoalmente, através dos Deputados, através dos funcionários desta Casa a este importante evento que é o jantar beneficente da APASDE, Associação Paranaense das Senhoras de Deputados Estaduais. Cumprimentos que faço extensivos à Dona Niva Khury, Presidenta desta importante Associação, porque ela com o seu dinamismo, com o seu empenho pessoal, com o seu jeito carinhoso de ser faz com que todos nós venhamos a nos envolver neste evento para que ele possa ser o que foi.

Portanto, Presidente Anibal Khury, em

meu nome pessoal, em nome acredito de todos os Deputados, quero registrar a alegria e a satisfação de ter podido participar deste evento que por mais uma vez reuniu milhares de pessoas nas dependências do Madalosso.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência agradece as manifestações do Deputado Orlando Pessuti e quer dizer que é uma colaboração de todas as esposas dos Deputados, desde que se fundou essa Associação das Esposas dos Deputados.

Realmente a festa foi maravilhosa, é uma festa destinada a angariar recursos para os órgãos de assistência social, por isso mesmo a contribuição dada pelas esposas dos Deputados e pelos Deputados foi muito valiosa.

Meus agradecimentos ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Presidente Anibal Khury, para registrar também nosso júbilo, nossa homenagem a Vossa Excelência, Dona Niva e a todos que ajudaram realizar o evento de ontem à noite. Nós pudemos ver o Presidente desta Casa, Anibal Khury, muito emocionado, alegre, feliz com o resultado, até com excesso de gente que compareceu ao jantar, sua esposa irradiando felicidade pelo sucesso da promoção, mas sobretudo, Presidente, a alegria daqueles que lá compareceram, foi sobretudo pelo caráter meritório daquela grande promoção.

Então eu quero nesta manhã, Presidente Anibal Khury pedir que Deus continue abençoando a sua vida, a vida da Dona Niva, de seus familiares e de todos aqueles que com o casal Dona Niva e Anibal, tem realizado essa grande obra social. A gente via a emoção de todos quando a própria bandinha da ASSOMA, que é presidida a entidade pelo Presidente Anibal Khury, tocava e a gente via ali garotos que se não fosse o trabalho da ASSOMA, certamente estariam perambulando pelas ruas cheirando cola, traficando droga, enfim estariam no caminho da perdição e estão ali se preparando para enfrentar as durezas desta vida.

É realmente bastante louvável, Presidente Anibal Khury, esse trabalho de Vossa Excelência na ASSOMA, que Deus continue abençoando e que possamos ver sempre a colheita desses bons frutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os agradecimentos da Presidência ao Deputado Belinati e a certeza de que continuaremos nesse ritmo de trabalho em benefício daqueles que mais necessitam. Assumi a Presidência da ASSOMA neste ano, mas ela já vinha prestando relevantes serviços as

crianças desamparadas e principalmente, essas crianças meninas e meninos de rua e a Assembléia tem dado a sua contribuição muito importante para que a ASSOMA sobreviva, as dificuldades são grandes mas graças ao auxílio de muitas pessoas e principalmente da Assembléia ela vai continuar existindo.

Muito obrigado, Deputado Belinati.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Presidente, além de me associar aos oradores com relação a magnífica festa de ontem à noite, com a sua permissão eu gostaria de registrar honrosamente a presença nesta Casa do vereador Lino Zeni, do município de Verê e também do Sr. Dorvalino Zanetti, Secretário do Hospital Municipal de Verê.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença dos ilustres visitantes.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, gostaria de me associar aos Deputados que já me antecederam, pela belíssima festa realizada ontem, porque infelizmente este Deputado não pode estar presente porque estávamos com alguns compromissos em Ponta Grossa, mas eu quero cumprimentar a Dona Niva que faz uma obra social grande e acho importante nós ajudarmos a fazer esse trabalho, porque uma das coisas mais maravilhosas que tem neste Paraná, é fazer obra social.

Nossos parabéns e agradecimento porque o que está fazendo é ajudando-nos a resolver o problema social do Paraná.

Mas o que nos traz a esta tribuna, é um voto de muita satisfação e de alegria da Associação dos Apicultores de Ponta Grossa que no dia de ontem recebeu a sua Usina de Mel, um trabalho que desenvolvemos juntamente com os nossos companheiros de Ponta Grossa e nesse trabalho, nós queremos que a Usina de Mel, desativada em Ponta Grossa, ficasse para o município de Ponta Grossa e para os apicultores e de fato isso aconteceu e havia um compromisso do Governo passado, de que essa Usina de Mel seria retirada de Ponta Grossa e viria para Curitiba, mas numa ação rápida e eficiente do Secretário Hermas, deu-se um jeito, um novo aparelho para a Associação do Paraná e essa Usina de Mel passa a ficar em Ponta Grossa, a partir de ontem, já funcionando e trazendo lucros para os pequenos apicultores e os grandes apicultores dos Campos Gerais e da nossa cidade de Ponta Grossa.

Por isso, cabe-nos nessa manhã, fazer um agradecimento ao Secretário Hermas Brandão por ter ido mais uma vez a Ponta Grossa e por ter atendido a uma reivindicação que é de toda comunidade de apicultores e uma luta nossa e dos demais Deputados que representam os Campos Gerais neste parlamento.

Queremos deixar este agradecimento ao Secretário Hermas Brandão e dizer como é bom ter um Secretário político, um secretário que conhece o dia a dia da Assembleia e que conhece o dia a dia do trabalho dos Deputados. É por isso que é importante se destacar a participação do Secretário Hermas Brandão nesse trabalho em prol dos apicultores de Ponta Grossa.

Seria isso o que gostaríamos de registrar hoje e dizer que está acontecendo em Ponta Grossa a nossa exposição que começou ontem e vai até o domingo.

O Deputado Plauto solicita um aparte e se o nosso Presidente permitir...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo o horário do PSC a Vossa Excelência para que possa ser permitido o aparte ao Deputado Plauto Miró, porque no pequeno expediente não é permitido. Vossa Excelência usa o horário do PSC.

O SR. JOCELITO CANTO - Obrigado Sr. Presidente. Concedo aparte ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró - Agradeço ao Presidente. Deputado Jocelito Canto quero me somar ao seu pronunciamento à questão da Usina de Mel, dentro do município de Ponta Grossa, uma reivindicação da cidade, dos produtores de mel daquela região e que o Secretário da Agricultura Hermas Brandão, ontem foi assinar e entregar de vez, oficializando essa entrega.

Como o Senhor colocou, temos que agradecer ao Secretário pela decisão de entregar aos produtores da EFAP.

A nossa cidade de Ponta Grossa está sem um parque de exposições.

Já há muito tempo não temos implantado na nossa região, uma cidade-polo da região dos Campos Gerais e que tem, dentro da área agrícola, uma tecnologia de ponta, na área da pecuária, na área da ovinocultura.

Enfim, em toda área, está na ponta e não temos um local para mostrar os nossos produtos e ontem, a Secretaria da Agricultura do Município, através do Poder Executivo local, implantou, dentro do Centro de Eventos, uma exposição de onde pretende, segundo o Executivo municipal que nos falou ontem, preparar essa exposição para que já no próximo ano, eles tenham a vontade de ali fixar e realizar e construir um parque de exposições para que, a par-

tir do ano que vem, venha a ter o local para os produtores da região dos Campos Gerais e do Estado do Paraná e até mesmo de outros estados, poder mostrar aquilo que a nossa região produz na área agropecuária e também na área industrial.

Espero que isso venha a acontecer, nós Deputados Estaduais estamos irmanados unidos, para que isso venha a acontecer e ajudar o nosso Município de Ponta Grossa, para que a partir do ano que vem ou em breve, venha receber esse Parque de Exposição. Agradeço Deputado Jocelito pelo aparte.

O SR. JOCELITO CANTO - Quero lembrar que hoje às 17:00 horas, em Ponta Grossa, estaremos recebendo de acordo com aquela reunião realizada, as emendas do Orçamento que o nosso Município fez e os Campos Gerais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno e o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças. Concedo a palavra ao ilustre Deputado Caíto Quintana.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, queria cumprimentar o Setor de Taquigrafia e a Presidência desta Casa, que proporcionou um novo concurso, possibilitando a vinda para esta Casa, visando o preenchimento muito importante num setor que é praticamente o coração desta Assembleia, porque tudo passa pelas mãos ágeis das nossas taquígrafas, porque a Assembleia nesses dez últimos meses tem feito um trabalho extraordinário, exigindo muito do Setor de Taquigrafia, com quatro Comissões em andamento, com Simpósios, Sessões Ordinárias e Sessões Extraordinárias, e tem exigido muito desse setor, até mesmo dos familiares das nossas taquígrafas.

Por essa razão estão aqui na Assembleia, enfeitando o nosso plenário novas concursadas.

Quero cumprimentar a Comissão do Concurso a Sonia Goreti Coordenadora do Setor de Taquigrafia, a Maria Liliam Borchardt, a Regina Trinkel e dar as boas vindas para a Estela, Geane, Sonia, Patrícia, Izabel, Tereza Cristina e Raquel.

Desejar a elas que procurem se acostumar, pois haverá dias em que as Sessões serão longas como a que foi ontem, sejam bem-vindas. Sabemos que algumas delas tem o Curso Superior e temos certeza que trarão uma qualidade maior, também um colorido ao nosso tão bom setor desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Desejamos também sucesso e felicidades a quem está concorrendo, vindo a atuar num setor que tão brilhantemente tem prestado

esse serviço tão essencial ao funcionamento desse Poder.

Na sequência passamos a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Hoje pela manhã Sr.

Presidente, Srs. Parlamentares, ouvi em diversas rádios, da nossa Capital, e também escrito em alguns jornais de que o Congresso Nacional tenha votado uma lei flexibilizando a estabilidade no setor público. Senhor Presidente, Srs. Parlamentares, esperamos sim que venha regularizar essa situação Nacional, para que o título de vendermos para a Nação a idéia de que vamos fazer economia flexibilizando a estabilidade e reduzindo salários que eventualmente venham sendo recebidos em desacordo, portanto, a mais do que cargos no Executivo e, no caso, do Presidente da República - segundo essa lei, que isso venha na prática ser aplicado.

Por que digo isso? A Constituição Federal que, salvo revogação em contrário é a lei maior da Nação. A Constituição da República diz no art. 37 § 11 - ... de que a lei fixará o maior ou menor vencimento e tal... No 12 diz que o vencimento dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Poder Executivo.

No parágrafo anterior ele diz que o maior cargo a ser pago na área do Executivo é de ministro de Estado. No Judiciário o Ministro do Supremo Tribunal Federal e no Legislativo dos Deputados Federais. E o Ministro de Estado não pode ganhar mais que o Presidente da República.

Ora, o Congresso, hoje, votando essa lei da flexibilização da estabilidade para tentar vender a idéia de que vai fazer economia porque vai reduzir salários de aposentados que estejam ganhando demais esquece que a Constituição Brasileira no art. 17 das Disposições Transitórias já diz, textualmente: "Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição, serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes.

Não se admitindo, neste caso, invocação do direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.

Ora, se a Constituição Federal em 88 já garantiu de que quem estivesse recebendo mais do que o Ministro de Estado, no caso do Estado, o Secretário. Ou mais que o Ministro do Supremo Tribunal Federal, no caso do Estado o desembargador. Ou mais que o Deputado Federal na área do Legislativo, no caso dos Estados os Deputados. Teria que reduzir os vencimentos, Deputado Toti.

E se a Constituição diz isso e até ho-

je não reduziu o vencimento de quem ganha mais, vão querer vender ao Brasil a idéia de que por causa de uma disposição do Congresso Nacional, hoje, que não garante, inclusive, não garante a invocação da lei do direito adquirido que a Constituição já ressalvava, vai aos níveis do salário maior que o Presidente da República! É querer enganar trouxa. Não é esse o argumento que vai sustentar essa medida no Congresso Nacional.

O Sr. Antônio Belinati - Me concede um aparte?

(Assentimento).

Apenas uma curiosidade minha. Desconheço a íntegra dessa matéria que está sendo votada no Congresso Nacional.

Quando se fala: ninguém pode ganhar mais que o Presidente da República. Está incluída todas as vantagens para evitar salários exagerados?

Queria saber se V. Exa. já tem alguma informação se é o salário seco, porque, cá para nós, salário de oito mil e quinhentos reais por mês, nenhum funcionário vai poder reclamar que é salário fixo.

Então pergunto se além de 8.500 ainda vão poder acrescentar tempo de serviço e outras vantagens.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Belinati,

lhe confesso que também não conheço o teor do que está sendo votado, mas gostaria de chamar a atenção para qualquer um de nós que venhamos a fazer análise sobre isso, vencimento, critério adotado no serviço público, vencimento, me corrijam se estiver equivocado, vencimento é o que a pessoa recebe por dispositivo de salário, por exemplo, mas as leis costumam utilizar a diferenciação de vencimento e remuneração.

Então sempre quando procura tratar de um limitador, utiliza o vencimento para limitar dos outros, mas deixa uma porta aberta para remuneração dos benditos prejudicados que Vossa Excelência diz quando quer contemplar algum servidor em especial.

Esse é o risco que temos que procurar analisar. Não quero firmar posição a favor ou contra, até porque não há nem jeito, a lei não chegou ao conhecimento de todos nós, mas o que não posso aceitar, são os argumentos que estão sendo utilizados, que são falsos, ora, dá a impressão que descobrimos a América hoje, que os vencimentos que estejam sendo recebidos a mais do que ganha o Presidente da República, serão reduzidos, mas a Constituição de 88, já disse em 88 e até hoje não se reduziu vencimento nenhum, quando o próprio dispositivo constitucional dizia que não vale invocar direito adquirido.

Agora a lei vai reduzir? Isso é para enganar a opinião pública.

O Sr. Basílio Zanusso - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Caíto Quintana, V.Exa. foi relator da Assembléia Constituinte, eu Presidente acompanhei de perto a dedicação de V.Exa. naquele importante trabalho, mas as Assembléias têm como sua orientação a Constituição Federal.

Também concordo com o que V.Exa. diz e faz alusão e se refere a dispositivos constitucionais, que dão embasamento a este argumento e se quiserem fazer, por que não o fazem?

Mas, Deputado Caíto Quintana na prática não é assim. A imprensa noticia constantemente casos como esse que V.Exa. se referiu do militar do Rio, a sua remuneração na ordem de 60 mil reais, mas com limitador até essa figura teve que aparecer em função da famosa isonomia que só confundiu as Assembléias e o Poder Público. Essa isonomia limitou-se acima e confundiu até hoje e nenhuma atitude, o que vai acontecer com esta pessoa, esse funcionário, 20, 30, 40 mil reais enquanto o Brasil está nessa situação de lamúrias, sob o aspecto financeiro e econômico, não há nenhuma ação.

O que acho é que agora, quando se mexe com a estabilidade do funcionário e V.Exa. sabe, é assunto de todo dia, por quê? Porque a folha de pagamento dos funcionários dos municípios, da União dos Estados, as folhas estão insuportáveis.

Por que, Deputado Caíto? Porque apenas a Constituição de 88 tem um dispositivo, que pelo menos isso se salva, que estabelecia 65% de despesa com pessoal da receita do Poder Público. Pelo menos isso, depois veio agora recentemente, uma lei complementar que diz que a partir do ano que vem, essa despesa não será superior a 60%. Está se procurando mexer na estabilidade e se volta agora à caça dos marajás, famosa, do Senhor Collor e acho oportuno. É bom que V.Exa. tenha ido à tribuna, que outros tantos falem, porque não é mais possível essa situação. Você lê, assiste à televisão, um cidadão que recebe salários que são inimagináveis, absurdos e não há uma ação inibidora.

Parece-me, Deputado Caíto Quintana que agora é a hora e a vez. São preocupações a exemplo da lei que mexe na estabilidade, que apenas passou pela Comissão de Constituição e Justiça, ainda tem o Plenário, Comissões outras, mas só para cumprir a Vossa Excelência. É necessário, é oportuno alguma coisa de prático, de objetivo, oxalá aconteça em Brasília.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Obrigado.

A Presidência me cortou o som, mas voltaremos a discutir isso e seguramente teremos oportunidade de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - PTB com a palavra.

PSDB.

Liderança do Governo.

Concedo a palavra ao Senhor Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, o companheiro Romanelli fez um pronunciamento colocando alguns reparos a um Seminário feito pela Secretaria de Educação e quero comunicar à Casa que entre os dias 19 a 24 de novembro próximo, a Secretaria de Estado da Educação vai promover o Segundo Seminário de Educação Avançada. O Secretário Ramiro Wahrhaftig me faz portador de convite para que cinco integrantes deste nosso Legislativo participem, integralmente, das atividades do seminário, na companhia de 500 diretores de escolas públicas, recentemente eleitos, e com os chefes de Núcleos Regionais de Educação. Agradaria ao Secretário Ramiro que um dos Deputados a aceitar o convite fosse o vice-líder do PMDB, Luiz Cláudio Romanelli. Poderia assim o deputado avaliar e discutir, evidentemente, a finalidade desses eventos.

O respeito com o valoroso magistério do Paraná, e com os funcionários que dão suporte técnico ao trabalho da Secretaria de Educação me traz a esta tribuna para clarear informações distorcidas e posicionar motivações do Primeiro Seminário Avançado de Educação, promovido de 30 de setembro a 5 de outubro últimos.

O Deputado Romanelli, oportunamente lembrando o dia do Professor, referiu-se ao Seminário como um evento pífio, sinônimo de reles, grosseiro, ordinário ou vil.

Palavras pesadas para um evento que conseguiu, em função mesmo da data que homenageia os professores, dotar todos os participantes de novos conhecimentos, de oportunidades de debaterem e ouvirem palestras com múltiplas abordagens.

Nem só de pão vive o homem. Saber e atualização alimentam o espírito do magistério.

O Seminário realizado, que contou com 350 profissionais de educação, envolveu equipe pedagógica e administrativa da sede da Secretaria, instâncias regionais e representantes das escolas, além de integrantes dos quadros funcionais da FUNDEPAR e CETEPAR. Foi um projeto piloto de expe-

rimento para novas modalidades de capacitação. O acerto do primeiro seminário motiva o segundo.

O estilo de governo Lerner vai ao encontro de um esforço compartilhado para que a comunidade interna e externa à escola percebam as relações amplas entre a educação e as dimensões culturais e sociais. Didática e pedagogia nutrem-se de Ciência, Filosofia e Arte, que foram os grandes enfoques tratados no Primeiro Seminário de Educação Avançada. Para que essa força de unidade fosse alcançada não houve os gastos alardeados pelo Deputado Romanelli. Ao invés dos 350 mil reais, o evento ficou em cerca de 200 mil. Cada participante não custou mil reais, mas 800. As instalações de lazer do BANESTADO na Praia de Leste foram a garantia de que o profissional da educação, no governo Lerner tem direito ao melhor.

Entre as despesas efetuadas muitas serão economizadas no próximo seminário, pois os materiais podem ser reutilizados. O que não se economizará é a oportunidade de ofertar ao magistério alternativas de novas perspectivas de ensino. Disso, o governo Lerner não abre mão. A coordenadora geral do projeto Qualidade de Ensino Público do Paraná, Sonia Maria da Silva Loyola, e a superintendente da educação, Corina Lúcia Costa Ramos, estão convintas de que a Secretaria de Educação tem competência para realizar encontros desta amplitude. Especialistas em matérias coadjuvantes ao ensino vieram ao Paraná dar oportunidade de desenvolvimento para os profissionais de educação. O Centro de Educação Gerencial, entidade nacional emprestou seu "Know how" para o primeiro evento. A empresa já se dispôs a organizar um quadro local, com professores de nossas universidades, de escolas e da comunidade, que possa ser inserido nos próximos eventos.

O Paraná não tem de se penitenciar por ter trazido o talento e a experiência de Arthur Pereira e Oliveira, Rubens Portugal, Marina Colassanti, Cláudio Ulpiano, Marco Luchesi, Antonio Carlos Villaça. Cinema da melhor qualidade, uma peça teatral e o encerramento com a Orquestra Sinfônica de Curitiba, com regência do maestro Oswaldo Colarusso. O governo Lerner não considera esses suportes culturais como gastos, mas como investimentos. O magistério custou aos cofres do Estado 57 milhões de reais, somente em agosto. Uma verba que beneficiará mais os alunos do Paraná se o professorado tiver retorno em sua importância, se não salarial - que sabemos não ser suficiente pelo valor da classe - ao menos em atenção para a prioridade de reciclagem de conhecimentos.

É ainda preciso esclarecer que num lo-

cal específico está sendo preparado para os próximos eventos: é o Centro de Capacitação Profissional de Faxinal do Céu, com capacidade de atender 1200 professores por encontro. O CETEPAR tem capacidade para alojar, no máximo 130 pessoas. E o CETEPAR II, desde o final da gestão anterior, não pertence mais à Secretaria de Educação. O Centro de Faxinal do Céu passará a servir como sede dos eventos que reunirão a classe do magistério a partir de fevereiro do próximo ano. Para este final 95, há 04 seminários programados, todos sediados na Assoc. BANESTADO na Praia de Leste, alcançando, até 15 de dezembro, a todos os diretores de escolas do Paraná.

Educar é fugir da rotina e acompanhar a velocidade das informações ao alcance da juventude. Para atingir esses objetivos, a Secretaria da Educação vai continuar ofertando o melhor. Não um ensino estanque e fragmentado. Mas um conjunto de harmonia entre todas as manifestações culturais que resultam numa educação pública privilegiada.

Encerro, Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, com um trecho pinçado de um poema entusiasta de um dos participantes do primeiro seminário: "O trabalho foi sendo feito e, para ser inteiro, precisava ser assim, uma canção. Um soprar no braseiro, um tocar na emoção".

Renovo o convite aos Senhores Parlamentares para que no próximo dia 19 e 24 de novembro, aceitem o convite do Secretário de Educação e participem deste 2º Seminário de Educação Avançada. Concedo aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Carlos Romanelli - Deputado Alagá, agradeço a V.Exa. a concessão deste aparte e queria dizer que a denúncia que fiz é uma denúncia grave, V. Exa. inclusive confirma em parte os valores, diz que não foi mil reais por participante, mas 800 reais, reconhecemos que é um valor excessivamente elevado para se discutir arte e cultura. A essência na verdade do meu pronunciamento e queria que V.Exa. aqui tivesse muito claro, que em nenhum momento eu questiono as políticas que valorizem o nosso magistério, especialmente na questão na capacitação do treinamento, há de se verificar o seguinte, que o 1º Seminário ele endereçou na verdade, abranger a burocracia da Secretaria da Educação, pelo menos uma parte dessa burocracia, porque foram 220 funcionários, apenas 30 professores de pequenos municípios que participaram.

Creio que na verdade é o seguinte: me parece, e essa informação o senhor não traz, se esses recursos estão sendo aplicados, são oriundos do Programa Qualidade

Total na Educação, que foi naquele convênio firmado com o Banco Mundial, porque na minha preocupação, na verdade, Deputado Algaci, é que V.Exa., é claro, cumpre uma tarefa muito bem aliás, como líder do governo, vai à tribuna e presta os esclarecimentos, ocorre que há um grupo de funcionários, de professores, é uma área que eu na verdade não conheço muito bem, mas que me guio, justamente pelas pessoas da minha confiança, que estão questionando esta metodologia e esta forma de encontros com estes palestrantes que são altamente capacitados, mas que seguramente, segundo a avaliação desses pedagogos e pedagogas, não atendem justamente a capacitação do nosso professor. Por isso que em verdade me parece que muito mais do que participar do próximo Seminário, o que nós gostaríamos mesmo era junto com a Comissão de Educação aqui desta Casa, que é presidida pelo Deputado Péricles, de participarmos de uma discussão com o Secretário Ramiro, para que nós pudéssemos na verdade contrapor de forma clara e objetiva as nossas diferenças em termos de concepção da realização desses encontros, Deputado Algaci.

Muito obrigado.

O Sr. Rosinha - V.Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Algaci, em função do convite feito pelo Secretário de Educação para que cinco Deputados acompanhassem esse próximo Seminário, sugiro a V.Exa. como líder do Governo, que leve ao Secretário a recomendação de que a prioridade seja de toda Comissão de Educação, se possível, acompanhar, seis, sete Deputados. Caso alguns desses deputados não queiram têm os suplentes dessas comissões, fazendo com que essa comissão cumpra o seu papel e todos os partidos se sintam representados. É essa a sugestão que faço a V.Exa.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço a colaboração que me trazem os Deputados Romaneli e Dr. Rosinha e posso garantir a V.Exas. que, dependendo de tempo na semana que vem, o Secretário Sr. Ramiro, estará disposto a vir a esta Casa e aliás, também quero comunicar à Casa que também o Secretário da Fazenda tem interesse de vir a Casa também nos próximos dias, fazer alguns esclarecimentos a respeito do que está se fazendo na Secretaria da Fazenda já pensando na Reforma Tributária.

Então posso garantir a V.Exas. que na semana que vem poderemos ter aqui, e além do que ainda a presença também, cumprindo uma solicitação regimental, a presença também aqui do Secretário do Planejamento Cassio Taniguchi, convocado já há quase mais de um mês e que me parece que não tinha recebido até dias passados uma comu-

nicação da Primeira Secretaria, para que oficialmente fosse convocado.

Então fico inteiramente à vontade e tranqüilo de comunicar à Casa, que nós queremos, quanto mais, dentro daquele espírito que eu tentei implantar no começo de governo, de trazer os secretários espontaneamente para dizer das suas plataformas, das suas atuações nas suas secretarias, quero continuar em suas Secretarias. Concedo, Senhor Presidente, com um pouquinho de benevolência da sua parte, um aparte ao líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Só um segundo, Deputado, para não passar "batido". É muito cômodo para V.Exa. - eu não quero polimizar - é cômodo para V.Exa. ir à tribuna e dar a impressão aqui para esta Casa, que é uma abertura extraordinária colocar à disposição o Secretário da Educação, o Secretário do Trabalho para vir aqui. Nos interessa é que V.Exa. e a bancada de apoio ao governo, ajudem os demais parlamentares a convocar Secretários de Estado quando necessita que eles estejam aqui para dar explicação antes que a coisa fique vencida, como é o caso do Secretário Taniguchi, que não é um mês, deputado. São mais de 3 meses que a Assembléia aprovou um requerimento e até hoje ele não veio.

Pela preferência, nós gostaríamos de conversar, primeiro, com o Secretário Taniguchi, que foi convocado por essa Casa e na sequência, conversaremos com o Secretário que V.Exa. melhor aprovar de colocar à disposição dos parlamentares.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço, mas também não querendo polimizar, mas dizer-lhe que imagino que esteja fazendo um trabalho bem diferente do que foi feito em governos anteriores.

O Sr. Caíto Quintana - Se V.Exa. condenava não cometa o mesmo erro.

O SR. ALGACI TÚLIO - Em momento algum a oposição conseguir sequer tentar convocar, Deputado Caíto Quintana estou fazendo o meu papel como líder, tentando fazer essa ligação Legislativo-Executivo.

Não tenho culpa se a Executiva da Casa não encaminhou o convite de convocação ao Secretário. Ele está à disposição.

Veio aqui segunda-feira para tratar de outro assunto.

Agora tem tempo, não está viajando mais. Graças a Deus, anteontem em Brasília, com bom senso e entendimento a banca federal, resolveu essas questões das emendas do Estado do Paraná.

Então eu acho que estou tentando valorizar esta Casa, procurando trazer. Agora,

evidentemente, não podemos num dia só, aceitar a convocação de 3 Secretários, como falei naquela ocasião. Seria um ato um tanto quanto de irresponsabilidade, querer jogar nas minhas costas, que eu permitisse a convocação de 3 Secretários.

Estou disposto a fazer a negociação da vinda do Secretário. Quanto mais a Casa for esclarecida, melhor para nós.

Quero comunicar que neste momento, 40 carretas estão se dirigindo para as regiões atingidas pelo vendaval, pela chuva de granizo, levando 130 mil telhas, levando lonas. Aqui tem todos os dados, lonas, telhas. São 7 carretas para Cascavel, 20 carretas para a região de Campo Mourão, e 13 carretas para a região de Apucarana, totalizando 81.300 m. de lonas, 30 mil telhas para uma região, mais 50 mil para outra, num total de 130 mil telhas sendo levadas para o interior.

É a responsabilidade deste governo com muita dificuldade, porque não atingiu a um nem a dois municípios. Atingiu uma sequência na região, que cortou o Paraná de ponta a ponta.

Obrigado.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do vereador de Chopinzinho, Gervásio, acompanhado de um empresário daquela próspera cidade do sudoeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente associado pela Mesa Executiva.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Líder do Governo, Algaci Túlio, fez dessa tribuna uma afirmação extremamente preocupante. Ele responsabilizou a 1ª Secretaria pelo não envio da correspondência, marcando a data e hora para vir o Secretário Taniguchi. Nós encaminhamos várias questões de ordem para que o Deputado Algaci Túlio marcasse a data e ele responsabiliza a 1ª Secretaria.

Eu gostaria que a Mesa informasse a esse Plenário se foi falha da Mesa a não convocação com a determinação do dia e hora para vir o Secretário Taniguchi, porque a Paraná Desenvolvimento já está aí constituída, já aconteceram fatos novos e esta Casa está até hoje sem ter as respostas que são tão importantes.

Aliás, aproveitaria para comunicar a esta Casa que o Paraná perdeu cem mil reais na semana passada, recursos que o BRDE repassou para Santa Catarina e Rio Grande do Sul porque esses Estados têm agência de desenvolvimento. Agências oficiais de desenvolvimento. E o Paraná como tem uma empresa privada, que é controlada por empresários, não pode receber essa

verba. Por isso é da maior importância a vinda urgente do Secretário Cássio Taniguchi.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - O Deputado Romanelli tenta me jogar contra a Mesa Executiva desta Casa. Quero deixar bem claro que não se trata de uma denúncia grave.

Isso não é o fim do mundo, Deputado! Há questão de 15 dias, quando Vossa Excelência mais uma vez reiterava a vinda do Secretário, conversava com o Deputado Aníbal Khury, e me informava o Deputado que, me parece, não tinha saído ainda daqui a convocação. Então, evidentemente, nós queremos esses esclarecimentos. Agora não se trata de uma grave denúncia ao ponto de Vossa Excelência querer me jogar contra a Mesa Executiva da Assembléia. Se foi convocado estará aqui, na semana que vem, respondendo a todas as questões e acabará, assim, com a polêmica.

Agora, se for contabilizar perdas que o Paraná teve e Vossa Excelência faz mais uma vez aqui uma afirmação que o Paraná perdeu cem mil reais. O que este Paraná perdeu em outros anos não é brincadeira, e estamos recuperando com muita dignidade neste governo.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em rápidas palavras ouvidas há pouco, eu e o Deputado Nerone, uma informação divulgada pelo Secretário da Fazenda, Doutor Salomão, de que o Paraná teve uma queda na sua arrecadação no mês de outubro de 3 milhões de reais. E o fator determinante desta queda de receita, segundo o Secretário da Fazenda, é a venda de automóveis direto da fábrica para o consumidor.

E acho que esta Assembléia tem o dever, tem a responsabilidade de apurar o assunto que é um fato extremamente grave.

Quer dizer: se o Paraná perder 3 milhões de reais por mês por que as montadoras de automóveis, utilizando-se de algum artifício da lei, mas de maneira safada, vendendo automóvel direto e burlando e não pagando imposto aqui para o Paraná, fico imaginando - por mês - quantar com 3 milhões de reais que é a perda de um mês.

Multiplicando-se por 12 meses, vamos ver que é um prejuízo terrível para o nosso Paraná.

Se é Lei, acho que cabe a esta Casa, alertar o Governo do Presidente Fernando Henrique, ele que é de São Paulo.

Mas São Paulo não pode se beneficiar de lei em prejuízo do nosso Paraná.

Quem vai perder: é toda população do

nosso Paraná. Nós vamos voltar ao assunto porque é inadmissível, Senhor Presidente, portanto, essa propaganda indiscriminada na televisão, de que o consumidor pode adquirir o seu automóvel zero km direto da fábrica e quem enche o cofre de dinheiro, o imposto pela venda deste automóvel, é o Estado de São Paulo prejudicando terrivelmente o nosso Paraná.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)-

Querida só dizer que não quis fazer nenhuma intriga entre o Deputado Algaci e a Mesa, longe de mim qualquer tentativa nesse sentido.

E queria aproveitar para registrar a presença nesta Casa, do Prefeito de Maringá, competente, trabalhador que é o Doutor Said Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente, assessorada pela Mesa Executiva, cumprimos o Prefeito e seus assessores.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 38 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/95 de autoria do Deputado Carlos Simões que estabelece normas de proteção e garantias das pessoas portadoras de deficiência, cria o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., C.S.P.. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLÊNARIO COM PARECER DA C.C.J. e SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J..

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 107/95

Capítulo I das Disposições Gerais

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a Política Estadual de integração das pessoas portadoras de deficiência e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação, objetivando assegurar o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais.

Art. 2º - Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela que sofre limitação substancial em uma atividade importan-

te da vida, por apresentar debilidade ou incapacidade mental, física, sensorial ou emocional, que faz sua sobrevivência normalmente difícil.

Art. 3º - O atendimento dos direitos da pessoa portadora de deficiência no âmbito Estadual, far-se-á através de:

I. Políticas sociais básicas de educação, saúde, profissionalização, habilitação, reabilitação, trabalho, esporte, cultura, lazer, transporte, e outras asseguradoras da plena integração social;

II. políticas e programas de assistência social;

III. Serviços especiais, nos termos desta Lei.

Parágrafo Único - O Estado destinará recursos, e fornecerá amparo técnico às entidades devidamente registradas nos órgãos competentes e que prestem serviços de atendimento à pessoa portadora de deficiência e espaços públicos com equipamentos adequados, sem barreiras arquitetônicas e de lazer, voltadas para pessoas portadoras de deficiências.

Art. 4º - O Estado obriga-se a realizar uma política de prevenção e tratamento, e de educação, habilitação, reabilitação e integração social das pessoas portadoras de deficiência, a desenvolver uma pedagogia que conscientize a sociedade dos direitos dessas pessoas e a assumir o encargo de efetiva realização de seus direitos, sem prejuízo da responsabilidade familiar ou de representantes legais (guardiões, tutores, curadores).

Art. 5º - A política de atendimento, educação, habilitação, reabilitação e integração social igualitária deverá proporcionar às pessoas portadoras de deficiência condições adequadas de formação escolar e profissional e as oportunidades de trabalho e de convívio comunitário, que lhes permitam o pleno desenvolvimento da personalidade, através de:

I - Desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto sócio-econômico e cultural;

II - Respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhe são assegurados, sem privilégios ou paternalismo;

III - Incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas a educação, saúde, trabalho, a edificação pública, seguridade social, transporte, habilitação, cultura, esporte e lazer;

IV - Garantir o efetivo atendimento à pessoa portadora de deficiência com objetivo de assegurar-lhe o direito de habili-

tação, reabilitação e integração social;

V - Apoio à formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência;

VI - Criação de serviço especial destinado a desenvolver programa de atendimento e orientação à família da pessoa portadora de deficiência, objetivando plena convivência desta no meio familiar;

Art. 6º - Ao Estado compete fomentar e desenvolver a criação de estruturas adequadas, nomeadamente para educação, habilitação e reabilitação profissional que assegurem e acelerem a integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Capítulo II

Da Assessoria Especial para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

Art. 7º - Autoriza a criação da Assessoria Especial para integração da Pessoa Portadora de Deficiência, vinculada à Secretaria responsável pela execução da política estadual de atendimento da pessoa portadora de deficiência.

I - Compete à Assessoria Especial para integração da Pessoa Portadora de Deficiência oportunizar a execução da política estabelecida pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

II - O cargo de Assessor Especial para integração da Pessoa Portadora de Deficiência será preenchido preferencialmente por membro da comunidade com relevantes serviços prestados na área da pessoa portadora de deficiência, de livre escolha pelo Governo do Estado.

Capítulo III

Do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

Art. 8º - Fica criado o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, órgão consultivo, deliberativo e controlador das políticas voltadas a assegurar o atendimento adequado e direitos da pessoa portadora de deficiência, vinculado à Secretaria de Estado responsável pela política estadual de atendimento às pessoas portadoras de deficiência e composto dos seguintes membros.

I - O Assessor Especial para integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação;

III - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde;

IV - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Administração;

V - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Criança e dos Assuntos da

Família;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Ind.Com. Ensino Superior da Ciência e Tecnologia.

VII - 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

VIII - 01 (um) representante da Secretaria Especial do Desenvolvimento Econômico e Programa Estratégicos;

IX - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

X - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania;

XI - 01 (um) representante da Secretaria Especial do Esporte e Turismo;

XII - 01 (um) representante da Secretaria Especial do Emprego e Relações do Trabalho;

XIII - 12 (doze) representantes de entidades da sociedade civil organizada, diretamente ligadas à defesa ou atendimento da pessoa portadora de deficiência, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos 01 (um) ano, assim consubstanciadas:

a) 02 (dois) representantes da área auditiva.

b) 02 (dois) representantes da área visual.

c) 03 (tres) representantes da área física.

d) 04 (quatro) representantes da área mental.

e) 01 (um) representante na área de condutas típicas.

Art. 9º - São funções do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência:

I - Formular a política de promoção, defesa e atendimento da pessoa portadora de deficiência, observados os procedimentos legais, divulgando anualmente seu plano e metas;

II - Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Estado, indicando ao Secretário competente as modificações à consecução da política formulada.

III - Estabelecer prioridades de atuação e definir a aplicação de recursos públicos estaduais destinados ao atendimento da pessoa portadora de deficiência;

IV - Avocar, quando necessário, o controle das ações da execução da política estadual de atendimento a pessoa portadora de deficiência;

V - Propor as poderes constituídos, modificações nas estruturas governamentais diretamente ligados à promoção; proteção e de defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência;

VI - Deliberar sobre prioridades na implantação e implementação de programas

de prevenção de deficiência bem como, sobre a criação de Entidades Governamentais ou a realização de atendimento;

VII - Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses das pessoas portadoras de deficiência;

VIII - Homologar a concessão de auxílios e subvenções estaduais a entidades particulares e filantrópicas sem fins lucrativos atuantes no atendimento de pessoas portadoras de deficiência;

IX - Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos relacionados com a pessoa portadora de deficiência;

X - Incentivar, apoiar e promover eventos, estudos, debates e pesquisas sobre a questão das deficiências, voltados tanto à estrutura governamental como em geral;

XI - Promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros visando atender a seus objetivos;

XII - Aprovar de acordo com os critérios estabelecidos em seu regimento interno, o cadastramento de entidades que prestam atendimento à pessoa portadora de deficiência e pretendem integrar o conselho;

XIII - Comunicar ao Ministério Público do Estado do Paraná notícia de violação aos direitos de pessoa portadora de deficiência;

XIV - Gerir seu respectivo fundo aprovando planos de aplicação;

XV - Incentivar a criação e estimular o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência;

XVI - Promover, coordenar, manter, desenvolver a ação de conscientização da sociedade quanto aos fins e meios necessários ao exercício pleno da cidadania pela pessoa portadora de deficiência;

XVII - Estimular e desenvolver, por todos os meios necessários as iniciativas públicas ou privadas em matéria de:

- a) pré-educação;
- b) adaptação e readaptação funcional;
- c) educação e reeducação profissional;
- d) adaptação e readaptação profissional;
- e) criação de empregos;
- f) segurança do trabalho, cuidados com a saúde e conservação do emprego do trabalhador portador de deficiência;
- g) saúde da pessoa portadora de deficiência.

XVIII - Reunir todos elementos de informação por meio de pesquisa e estatísticas sobre a matéria, inclusive do item anterior, notadamente no que se refere à oportunidade de emprego;

XIX - Participar da formulação da política estadual de atendimento da pessoa

portadora de deficiência com vistas ao exercício pleno da cidadania e de planos ou projetos que contemplem o referido objetivo;

XX - Participar na fiscalização e controle da execução de planos e medidas administrativas que visem satisfazer os interesses das pessoas portadoras de deficiência;

XXI - Pronunciar-se por sua iniciativa ou sob consulta governamental sobre as providências necessárias ao desenvolvimento do ensino especial, da formação cultural, técnica e desempenho profissional das pessoas portadoras de deficiência;

XXII - Participar, junto aos Poderes Públicos e em nível consultivo, da elaboração da legislação estadual no que pertine à área da pessoa portadora de deficiência;

XXIII - Receber, de órgãos públicos, entidades privadas ou de particulares, todas as informações necessárias ao exercício de sua atividade;

XXIV - Manifestar-se dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e integração social de entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade, expedindo inclusive, e quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade;

XXV - Avaliar anualmente o fornecimento de ensino especial, no Estado do Paraná, preferencialmente na rede regular de ensino, objetivando a sua plena adequação;

Art. 10 - As organizações da sociedade civil, interessadas em integrar o Conselho convocadas pelo titular da Secretaria de Estado da Criança e de Assuntos da Família mediante edital publicado na imprensa, habilitar-se-ão, entre os dias 01 e 15 de dezembro de 1995, em primeira convocação. Para as eleições subsequentes, a cada dois anos perante a referida Secretaria, na primeira eleição e, nas demais, perante a Assessoria Especial para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência comprovando documentalmente suas atividades há pelo menos um ano, bem como indicando seu representante e respectivo suplente.

1º - A seleção das organizações e representativas da sociedade civil, interessadas em integrar o conselho, far-se-á mediante eleição em assembléia realizada entre as próprias entidades.

2º - A Secretaria de Estado responsável pela execução da política estadual de atendimento da pessoa portadora de deficiência encaminhará ao Governador, até 10 (dez) dias úteis após a eleição a relação das entidades que integrarão o Conselho e o nome dos conselheiros representantes e

suplentes por ela indicados, devendo a nomeação ser efetuada no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena do crime de responsabilidade.

3° - Os conselheiros representantes das entidades populares, assim como seus suplentes, serão nomeados para mandato de 2 (dois) anos, período em que não poderão ser destituídos, salvo a pedido ou por motivo de força maior ou, ainda, por deliberação de 2/3 (dois terços), dos membros do conselho. Esses conselheiros poderão ser reconduzidos observado o mesmo processo previsto neste artigo, não podendo o mandato exceder a 4 (quatro) anos consecutivos.

Art. 11 - Os conselheiros e suplentes representantes dos órgãos públicos estaduais, cuja participação no conselho não poderá exceder a 4 (quatro) anos contínuos, serão nomeados livremente pelo Governador do Estado que poderá destituí-los a qualquer tempo, que o substituirá no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 12 - O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário Geral, serão eleitos, em sessão com quorum mínimo de 2/3 (dois terços) pelos próprios integrantes de Conselho, com votos da maioria absoluta.

Art. 13 - A Assessoria Especial Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência em conjunto com a Secretaria de Estado responsável pela execução da política estadual de atendimento da pessoa portadora de deficiência ficará encarregada de fornecer apoio técnico, material e administrativo para funcionamento do colegiado.

Art. 14 - O desempenho da função de membro do Conselho, que não tem qualquer remuneração ou percepção de gratificação, será considerado serviço relevante prestado ao Estado, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do conselho.

Art. 15 - O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, deverá ser instalado em local destinado pelo Estado, incumbindo à Secretaria de Estado responsável pela execução da política Estadual de atendimento da pessoa portadora de deficiência, adotar as providências para tanto.

Art. 16 - Os recursos financeiros destinados à área de assistência social para atendimento, promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência, comporão o Fundo Estadual de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência, administrado pelo Conselho e tendo entre suas fontes os recursos provenientes de:

I - Dotação consignada no orçamento do

Estado para a assistência social voltada à pessoa portadora de deficiência;

II - Recursos do orçamento da união e da seguridade social destinados à pessoa portadora de deficiência não vinculados a projetos consolidados;

III - Recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social;

IV - Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

V - Taxas, multas, emolumentos e preços públicos arrecadados no âmbito de atuação das entidades governamentais das áreas correlatas bem como provenientes de multas ou penas pecuniárias em decisões judiciais.

VI - Alienações patrimoniais e rendimentos de capital;

VII - Rendas diversas, inclusive comerciais e industriais.

Art. 17 - O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, no prazo de 15 (quinze) dias após as nomeações de seus membros, elaborará o seu Regimento Interno, elegendo o seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário Geral.

Art. 18 - O Conselho poderá ser coadjuvado por um grupo permanente de funcionários administrativos, técnicos e especialistas, encarregados de estudar todas as questões que lhe sejam submetidas exercer a Secretaria do Conselho e dar publicidade às suas atividades.

Parágrafo Único - Não serão criados cargos nem empregos para os fins deste artigo.

Art. 19 - As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão disciplinadas pelo seu Regimento Interno.

Capítulo IV

Do Incentivo Fiscal

Art. 20 - Toda pessoa física ou jurídica poderá deduzir dos seus tributários com o Estado, até o limite de 5% (cinco por cento) deste, os valores que comprovadamente tiverem gasto, através do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, em contribuição feita a entidades ao atendimento às pessoas portadoras de deficiência.

Parágrafo Único - Somente poderão receber os benefícios da presente Lei, as entidades reconhecidas de Utilidade Pública Municipal ou Estadual que estejam em dia com suas obrigações fiscais.

Capítulo V

Da Criação de Empregos Reservados

Art. 21 - Fica assegurado que do quadro geral de servidores ou empregados da administração direta ou indireta do Governo

do Estado do Paraná façam parte pessoas portadoras de deficiência, com os direitos e deveres consignados em Lei, com vista à concretização do direito ao trabalho dessas pessoas.

Art. 22 - Até noventa dias a regulamentação da presente Lei, os órgãos da administração pública estadual apresentarão ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência número de vagas reservadas nos respectivos quadros e relacionarão as medidas previstas para assegurar às pessoas portadoras de deficiência o acesso ao trabalho.

Parágrafo Único - Anualmente os órgãos da administração pública estadual remeterão ao Conselho o assento ou ficha funcional por pessoa portadora de deficiência onde constarão obrigatoriamente:

a) data da admissão, cargo ou função que desempenha;

b) remuneração e tempo de serviço;

Art. 23 - As informações referidas no artigo anterior, deverão compor banco de dados no conselho, com a finalidade de nortear a política estadual de inserção da mão-de-obra da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho.

Art. 24 - Quando de concurso público para preenchimento de cargo na administração pública estadual, o edital respectivo deverá, obrigatoriamente, prever o percentual de 5% (cinco por cento) dos cargos para pessoa portadora de deficiência.

Art. 25 - Se a entidade da administração pública estadual se recusar a contratar o candidato sob alegação de que é portador de deficiência que impossibilite o exercício de funções básicas do cargo ou emprego, será, no prazo de 10 (dez) dias constituída Junta Médica nos termos do Art. 31 e seus parágrafos, para examiná-lo e emitir parecer conclusivo.

Parágrafo Único - Mantida pela Junta Médica a inaptidão, poderá o candidato, não sendo unânime o laudo, recorrer no prazo de 30 (trinta) dias, ao Secretário da pasta a quem estiver vinculada a entidade, que decidirá, ouvido Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

Capítulo VI

Do Exame Médico

Para admissão no

Serviço Público, de Pessoa Portadora de Deficiência aprovada em Concurso

Art. 26 - Por ocasião dos exames médicos pré-admissionais em pessoas com deficiência, nomeados em virtude de aprovação em concurso público de qualquer natureza, será observado, como princípio, a necessidade de integração do candidato no serviço público, sempre que a deficiência que seja

portadora não impossibilite, na época do exame, o exercício das funções básicas do cargo.

Art. 27 - Na hipótese da pessoa portadora de deficiência ser considerada inapta, o órgão que realizou a inspeção constituirá, de ofício no prazo de 30 (trinta) dias, Junta Médica para os exames a que se refere o artigo anterior, comunicando o fato ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

É 1º - Da Junta Médica farão parte, no mínimo, 01 (um) médico clínico, 02 (dois) médicos especialistas na deficiência de que portador o candidato e 01 (um) médico com conhecimentos de habilitação e reabilitação da mesma deficiência.

É 2º - É facultado ao candidato indicar (1) um médico, a seu critério, para integrar a Junta Médica.

Art. 28 - O Poder Executivo, regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 29 - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.10.95.

(a) ANTONIO BELINATI

Apoio: Joel Coimbra.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Cesar Sele, constante do expediente, solicitando a retirada de votação do Projeto de Lei nº 107/95, constante da Ordem do Dia de hoje, por 2 (duas) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 107/95, por 2 (duas) Sessões.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que dispõe sobre as doações em vida, de órgãos e tecidos passíveis de serem transplantados quando de sua morte e outros atos inerentes aos transplantes de qualquer natureza. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P.

Sobre o referido projeto, Emendas em número de 2 (duas), de Plenário, sendo uma Supressiva e outra Aditiva de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO
DE N°01, AO PROJETO DE LEI N° 376/95

Suprima-se o Artigo 6º.

Sala das Sessões, em 26.10.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoio: Algaci Túlio, Nelson Justus, José Maria Ferreira, Antonio Belinati,

Emerson Nerone, Toti Colaço, Caíto Quintana.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 02

Acrescente-se ao Artigo 10, o seguinte parágrafo:

Parágrafo Único - O centros transplantadores do Estado que infringirem as disposições deste artigo serão punidos com:

- I - Advertência;
- II - Suspensão temporária da atividades de transplantes;
- III - Descredenciamento, rescisão de contrato ou convênio;
- IV - Outras penalidades previstas na legislação.

Sala das Sessões, em 26.10.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoio: Algaci Túlio, José Maria Ferreira, Emerson Nerone, Nelson Justus, Toti Colaço, Antonio Belinati e Caíto Quintana.

Remetemos a Comissão de Constituição e Justiça para retirada da Ordem do Dia.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esse projeto já entrou em 1ª discussão outro dia e foi aprovado, apesar de ter sido feito um acordo com o Deputado Algaci Túlio, de que a gente apresentaria as emendas na data de hoje, mas o Deputado, Presidente da Assembléia Legislativa, Anibal Khury, remeteu, em função de um requerimento nosso que nós estávamos renunciando a ele naquela ocasião, remeteu a Comissão de Saúde desta Casa.

Essa emenda seria apresentada na Comissão de Saúde, que inclusive viabilizaria e faria com a maior rapidez a tramitação desse projeto.

A minha questão de ordem diz respeito ao seguinte, esse projeto passou pela Comissão de Saúde, cuja Comissão reuniu-se e não me convocou, senão pegou assinatura nos corredores desta Casa.

Esse é o meu protesto como membro dessa comissão. Quando existe uma comissão ou convoca todos os membros, caso eu não tenha sido convocado ou então não peça esse tipo de assinatura, o projeto hoje já podia estar na Ordem do Dia com as emendas propostas pela Comissão de Saúde e tramitando com maior rapidez. O Deputado Algaci Túlio teve toda compreensão para que isso ocorresse, mas o Presidente daquela Comissão não teve.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotada a questão de ordem e o projeto volta a CCJ.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/95 de autoria do Deputado Algaci Túlio que dispõe sobre a criação de Centrais de Notificação e Transplantes de Órgãos e Tecidos e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P..

COMISSÃO DE SAÚDE
PROJETO DE LEI Nº 377/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio, tem por objetivo dispor sobre a criação de Centrais de Notificação e Transplantes de Órgãos e Tecidos e dá outras providências.

Tal propositura mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao mérito da matéria, no que cabe a esta Comissão de Saúde se manifestar, nada há a opor quanto ao seu normal prosseguimento, tendo em vista seu inestimável alcance social e humano.

Sala das Comissões, em 19.10.95.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

EDSON SILVA LINO - Relator

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, em cima deste projeto queria fazer um apelo à Mesa Executiva. Há uma necessária rapidez na aprovação desse projeto, que já atendeu a todos os requisitos, na questão regimental, legalidade, não recebeu emendas e portanto está apto a ser aprovado já em Redação Final.

Queria fazer um apelo a este Plenário, porque ele está dentro já do cronograma de ação da Secretaria Estadual da Saúde e implantar já no início do mês de novembro a Central de Transplantes que é um órgão importante para o nosso Estado, que é avançadíssimo na questão de transplantes.

O Paraná é uma referência nacional até mundial na questão de transplantes e nesta Casa aqui em 1991 criei um projeto que transformava o ano de 1991 no ano do transplante em homenagem a este avanço da nossa medicina.

E essa Central de Transplantes, Deputado Caíto Quintana, vai evitar que se percam oportunidades de fazer com que muitas pessoas possam sobreviver pela falta de um local centralizador de recebimento de doações de rins, de córneas, de fígado e até de coração.

Essa central de recebimento de doações. Peço o apoio dos Senhores parlamentares, das lideranças, para que isso realmente aconteça e é uma contribuição que esta Casa vai prestar à nossa área da saúde.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem) - Solicito à Mesa que faça registrar, por gentileza, a presença do Vereador de

Barbosa Ferraz, Luizinho, que nos visita nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente, está registrada.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Tendo sido citado pelo Deputado Algaci Túlio, quero dizer, até para deixar patente aqui, que sempre, o projeto que tramitar aqui, aquele velho chavão, for algo de importante, de interesse para o Paraná, nós do PMDB estaremos evidentemente, a favor e acho que esse projeto que está na Ordem do Dia, merece realmente ser aprovado com a maior brevidade possível para ser posto em prática o quanto antes, até porque uma vida que possamos salvar, acelerando o projeto, é de suma importância. Por isso concordamos que façamos a sessão, que liquidemos essa questão nesta semana, inclusive na semana que vem, teremos diversos feriados, para podermos já em novembro, tomar providências.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Associamo-nos às justificativas, cumprimentamos, já que antes de ontem foi o Dia do Médico, ontem, o dia do Dentista, realmente esta semana, é a semana da saúde.

Junto à solicitação do líder do governo, Deputado Algaci Túlio, associa-se um requerimento subscrito por mais de 20 Senhores Deputados, pedindo que, logo após esta sessão, para aprovação desse projeto que é de interesse da saúde de todos nós, uma sessão extraordinária.

Em discussão o requerimento do líder do governo para que façamos a sessão extraordinária, logo a seguir.

Em votação.

Aprovado o requerimento.

Faremos a sessão extraordinária logo a seguir, ao término desta.

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/95 de autoria do Deputado Geraldo Cartário que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Progresso, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 35, de 16.10.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 409/95

P A R E C E R:

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Progresso, com sede e foro nesta capital.

No âmbito da competência desta Comissão Permanente, tendo em vista que a matéria preenche os requisitos da Lei nº

6.994, de 10 de janeiro de 1978, emitimos nosso voto favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 409/95.

Sala das Comissões, em 24.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento nº 3230, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Srs. Deputados Nelson Garcia, Toti Colaço, Albanor Gomes, Jocelito Canto e demais Srs. Deputados, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3213 a 3215, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2616, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3217 a 3220, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3221 a 3223, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3224, de autoria dos Srs. Deputados Ricardo Chab e Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3226, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3227, de autoria dos Srs. Deputados Beto Richa e Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3228, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Eu estava dando uma entrevista à CBN e ouvi e até para clarear e lembrar ao Deputado Romanelli e talvez neste final de semana ele possa fazer uma análise e gostaria que ele prestasse atenção. O Líder do PMDB poderia transmitir - e sei que ele é muito atencioso - ao Deputado Romanelli. Falei que o Paraná perdeu recursos porque não tinha um banco de desenvolvimento e acho que faltou lembrar ao Deputado Romanelli que quem terminou com o BADEP não foi o Governador Jaime Lerner e muitos dos que estão aqui hoje, dando apoio a este governo, lutaram com todas as forças para que não fosse extinto o BADEP.

É só para clarear a mente do Deputado

Romanelli, porque ele tem por costume sempre falar por último.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (*Pela Ordem*)

O Deputado Valdir Rossoni assanha os meus neurônios, Presidente!

O Paraná tem um banco de desenvolvimento, sim. Chama-se Banco do Estado do Paraná que tem uma carteira de fomento que traz o dinheiro, tem os recursos que o BNDS coloca à disposição...

(*Conversas paralelas*)

O BADEP é fruto da má gerência dos governos da ARENA e do PDS que hipotecaram esse Banco. Aliás, Sr. Presidente, se há uma CPI no Paraná, seria uma CPI sobre o FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado.

O Paraná não tem um agência de desenvolvimento porque querem privatizar o desenvolvimento do nosso Estado, por um grupo econômico poderoso que tem seus tentáculos inclusive aqui, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (*Luiz Carlos Zuk*) - Requerimento nº 3231, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (*Pela Ordem*) - Sr.

Presidente, acho que em diversas colocações feitas aqui, pelo Deputado Romanelli, um brilhante estreante neste Parlamento já com capacidade demonstrada, acho que ele não tem necessidade pela sua cultura, pela pessoa que é, por sua passagem numa secretaria, pela Câmara da Capital, não tem necessidade de aqui querer combater os valorosos homens do passado. E incluo, entre eles, um integrante do desenvolvimento que o país teve - que foi, precisamente, da ARENA e do PDS.

Tenho visto, constantemente, em todas as ocasiões - inclusive pelo Governador Roberto Requião, por governos que sucederam,

têm uma preocupação muito grande em convidar o Ney Braga.

Em todos os acontecimentos fazem questão de enaltecer a figura de Ney Braga.

Ney Braga é, realmente, um herói.

Então não posso aceitar que o Deputado Romanelli venha se referir, em termos pejorativos - continuamente - àqueles que tiveram a coragem em defender o Governo que estava dando certo para o Brasil.

O SR. VALDIR ROSSONI (*Pela Ordem*) - Acho

que foi citado aqui o Governador Ney Braga e gostaria de requerer, em nome do trabalho desse cidadão, tão importante à nação brasileira e do Paraná e até foi um dos conselheiros dos governos Álvaro Dias e Requião, requeiro a esta Casa um voto de desagravo pelas palavras proferidas pelo Deputado Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (*Luiz Carlos Zuk*) - O Deputado Romanelli, não referiu-se pessoalmente à pessoa do ilustre Ministro,

Governador Ney Braga.

Requerimento nº 3225, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/95.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 248/95, 041/95, e 002/95.
do Projeto de Resolução nº 016/95.

Levanta-se a sessão.